



O entusiasmo de Erik em relação às mobilizações dos jovens transformou-o num ativo organizador do Fórum Social dos Estados Unidos e, em fevereiro de 2011, num aguerrido militante da ocupação do Capitólio de Wisconsin, evento precursor do movimento Occupy Wall Street. Tratava-se de uma iniciativa política balizada por suas convicções científicas. Afinal, uma de suas sugestões mais conhecidas a respeito das utopias reais advogava a combinação de dois tipos diferentes de estratégias emancipatórias: isto é, as “intersticiais”, que criariam alternativas fora do Estado, e as “simbióticas”, que envolveriam o Estado através de lutas em seu interior.

Em poucas palavras, *regular por cima e erodir por baixo o capitalismo*. Por meio da mobilização social seria possível criar espaços contrários ao Estado capitalista para, então, transformar esses espaços em colaboração com um Estado reformado. As utopias reais de Erik semeavam esperança. No entanto, tratava-se de um tipo de esperança alimentada por experiências históricas concretas. Ele dizia que não é possível prefigurar o futuro emancipado no vazio. Precisamos saber colher exemplos no presente. E imaginar futuros alternativos é uma questão central tanto para a crítica científica quanto para a política socialista.

No início de 2018, diante de um diagnóstico de leucemia, Erik decidiu verter as principais teses contidas em *Envisioning Real Utopias* para uma linguagem mais compreensível a um público não acadêmico. A partir de então, ele usou os poucos meses de vida que lhe restavam escrevendo este “manifesto anticapitalista”. Em um mundo emancipado, Erik Olin Wright será lembrado como um herói do conhecimento e um campeão do socialismo. E parte significativa de seu legado está condensada nesta obra.

Sobre Como ser anticapitalista no século XXI

Bhaskar Sunkara

Erik Olin Wright foi, entre muitas coisas, um escritor visionário, que teve a imaginação necessária para prever como seria a vida após o capitalismo. Ele incorporava toda uma forma de pensar o capitalismo e o mundo: clara, precisa e sem rodeios. Este livro, seu último, deve ser um ponto de referência indispensável para quem quer tornar o mundo um lugar melhor.

Michael Burawoy

Dotado de uma capacidade ilimitada de botar suas ideias em prática de forma precisa e simples, sem com isso diluí-las, Erik dava aos militantes uma visão de projeto coletivo para o qual cada um poderia contribuir. Dado o ressurgente interesse em “socialismo” entre a nova geração de pensadores e ativistas, foi aumentando sua quantidade de seguidores.

Como ser anticapitalista no século XXI?

Erik Olin Wright

TRADUÇÃO
Fernando Cauduro Pureza



Sumário

Prefácio à edição brasileira – João Alexandre Peschanski

Prefácio

1. Por que ser anticolonialista?

O que é o colonialismo?

Motivos para se opor ao colonialismo

As fundações normativas

Igualdade/justiça

Democracia/liberdade

Comunidade/solidariedade

2. Diagnóstico e crítica ao colonialismo

Igualdade/justiça

Classe e exploração

Competição e risco

Crescimento econômico desestabilizador

Democracia/liberdade

Comunidade/solidariedade

Ceticismo

3. Variedades de anticolonialismo

Lógicas estratégicas

Destruindo o colonialismo

Desmantelando o colonialismo

Domesticando o colonialismo

Resistindo ao colonialismo

Fugindo do capitalismo
Configurações estratégicas
Erodindo o capitalismo

4. Um destino para além do capitalismo: o socialismo como democracia econômica

Um conceito de socialismo com foco no poder
Construindo os alicerces para uma economia socialista democrática
Renda Básica de Cidadania
A economia de mercado cooperativa
A economia social e solidária
Democratizando empresas capitalistas
O sistema bancário como utilidade pública
A organização econômica não mercadológica
Provisão de bens e serviços estatais
Produção colaborativa peer-to-peer
O commons do conhecimento: conhecimento comum para todo mundo

De volta ao problema da estratégia

5. O anticapitalismo e o Estado

O problema do Estado capitalista
As contradições internas do Estado
Funcionalidades contraditórias e em disputa

Perspectivas

Democratizando o Estado

Descentralização democrática do poder
Novas formas de participação cidadã
Novas instituições para a representação democrática
Democratizando as regras eleitorais

6. Agentes da transformação

Atores coletivos para erodir o capitalismo
O problema da agência coletiva
O conceito de “agência”
Identidades
Interesses

Valores

De identidades, interesses e valores aos atores coletivos

Superando as vidas particulares

As estruturas fragmentadas de classe

A competição das identidades

A política real

Posfácio – Michael Burawoy

Prefácio à edição brasileira

Este livro apresenta uma síntese de duas linhas principais da sociologia de Erik Olin Wright: a *análise* do capitalismo e a *teorização* de uma alternativa ao capitalismo. A primeira linha, analítica, norteou a produção acadêmica de Wright dos anos 1970 aos 1990, especialmente buscando definir a estrutura de classes e formalizar as dinâmicas de exploração no capitalismo. A segunda despontou a partir dos anos 2000, organizada em torno da ideia de “utopias reais”, num processo de redefinição das estratégias de transformação do capitalismo e da construção prática de experimentos socialistas.

A definição das regras do capitalismo feita por Wright opera em um nível estrutural e um institucional. No nível mais abstrato, discute a formação social do capitalismo, em debate com a teoria da história. No nível mais específico, propõe uma abordagem sobre os arranjos institucionais com que elementos do capitalismo se organizam: a propriedade privada dos meios de produção, a existência de um mercado de trabalho (onde empregadores e empregados negociam relações trabalhistas, por mais que tenham capacidades assimétricas de impor seus interesses) e a existência de um mercado em que bens e serviços são comprados e vendidos com o objetivo de realizar lucros. A abordagem específica alinha-se a uma compreensão relativamente institucionalista da economia política.

Nesse sentido, o capitalismo apresenta-se como um modo específico de organizar a economia, isto é, a produção e a troca de bens e serviços. Suas características fazem com que consigamos reconhecê-lo, independentemente das variações no grau e no nível de manifestação dessas características, e diferenciá-lo de outros modos de produção e troca de bens e serviços.

Em outros modos de organizar a economia – por exemplo, o escravismo, o feudalismo, o estatismo e o socialismo –, a produção e a troca de bens e serviços não se dão no abstrato da mesma forma que no capitalismo. No escravismo, em que predomina o trabalho escravo, o produtor é ele mesmo um bem, comprado e vendido no mercado, e portanto não recebe salário; no capitalismo, as relações de trabalho são normalmente estabelecidas por meio de um contrato, tácito ou escrito, segundo o qual o empregador se dispõe a pagar um salário e às vezes oferecer algum outro tipo de recompensa a seu empregado, que, por sua vez, se dispõe a trabalhar em prol do benefício de quem o emprega. Nesse contrato, o que o trabalhador “vende” ao empregador não é ele mesmo, como se fosse um bem, mas sua capacidade de trabalhar por certo período de tempo. No estatismo, as indústrias e outros locais de produção são geralmente controlados pelo Estado; no capitalismo, os meios de produção, que incluem prédios, instrumentos e equipamentos, terras e todos os recursos necessários para a produção de bens e serviços, são de propriedade privada. No socialismo, a troca de bens é motivada pelo acesso a tudo aquilo que é necessário para que os membros da sociedade realizem, nos limites do possível e do viável para a sustentabilidade da sociedade, suas capacidades e seus talentos, e tenham vidas plenas; no

capitalismo, bens e serviços são geralmente produzidos e vendidos em um mercado com o objetivo de realizar lucros.

A definição específica do capitalismo é central para a sociologia wrightiana. Nesse nível, o modo de organizar a economia é, sociologicamente, um conjunto dinâmico de instituições sociais e um modelo realmente existente de estruturação das regras sociais no contexto desse conjunto de instituições. Um objeto primordial de análise, nessa compreensão, é a formação e a reprodução de nichos não capitalistas num contexto mais amplo de funcionamento social predominantemente capitalista, em que os arranjos institucionais se combinam e finalmente definem não um modo de produção puramente capitalista, mas um ecossistema social híbrido, articulando dinamicamente configurações variadas e múltiplas de organizar a economia. Mais diretamente: na sociologia wrightiana, o socialismo existe dentro e para além do capitalismo.

A afirmação de organizações da economia fundamentalmente híbridas insere Wright em um esforço de abandono da “grande narrativa” do socialismo. Na medida em que refuta a perspectiva totalizante do capitalismo, estabelece as bases para lógicas de transformação não puramente rupturais do sistema dominante. Ou seja, se uma noção binária da transformação social é refutada – ou capitalismo, ou socialismo –, é possível imaginar lógicas de transformação atuando com estabilidade no aprofundamento dos elementos socialistas. Essas são lógicas de erosão do capitalismo.

Nas lógicas de erosão do capitalismo, está implícita a ideia de que configurações socialistas no capitalismo existente podem ser aprofundadas e se tornarem suficientemente robustas para assumir o modo dominante de organizar a economia. Nessa compreensão, essas configurações devem

ser objeto de análise e atuação social. Os exemplos abordados no livro são as utopias reais: renda básica cidadã, como no Brasil é mais conhecida a proposta da renda básica universal incondicional; cooperativas de trabalhadores; a economia social do cuidado em Quebec; produção *peer-to-peer* como a Wikipédia; entre outros. Pertencem também à constelação dos arranjos institucionais alternativos formas de governança democrática sobre recursos do Estado e os bens públicos.

O anticapitalismo do século XXI, na sociologia de Wright, baseia-se na identificação, aqui e agora, de experimentos institucionais que promovam justiça social, participação radicalmente igualitária nos processos deliberativos e sustentabilidade. A conceituação aqui proposta é um alento, com rigor e humanismo, para teorizar alternativas àquilo que conhecemos, desejamos e entendemos como possível.

Este livro é também um convite à continuidade sociológica, pois deixa campos de análise a serem explorados. Em contraste com outras obras sobre utopias reais, Wright aborda mais diretamente a questão das classes sociais. Essa questão foi tema central de décadas de estudo por ele próprio e seus alunos. Há ainda muito a desenvolver na conexão analítica entre essas duas partes da teoria sociológica wrightiana. Também está em aberto o modelo de estabilidade social das configurações híbridas, que minimamente justifiquem a situação em que os capitalismo existentes modificam-se em suas microfundações para em algum instante ocorrer uma mudança mais geral de sistema dominante. Mais especificamente, há um esforço a ser realizado para ampliar os exemplos de utopias reais, o que sugere: desenvolver métodos de identificação – especificando, por exemplo, os critérios morais, na sociologia wrightiana – e elucidar a formação de uma ecologia dinâmica e interativa desses arranjos

institucionais, que existam para além de seus nichos e nos interstícios, isto é, para que se conectem.

Aqui neste livro está também e principalmente o legado de Wright, para quem que não se conforma e pratica como princípio fundamental a generosidade. Wright faleceu em 23 de janeiro de 2019, pouco depois de concluir este livro, publicado postumamente também em inglês, e nele legou não apenas a síntese de sua sociologia, mas também a lembrança de uma prática sociológica e socialista plenamente emancipadora.

Tive o privilégio de estar com Wright, como doutorando e amigo, nos anos 2000 e 2010. Apesar de seu prestígio e reconhecimento, que o levaram à presidência da Associação dos Sociólogos dos Estados Unidos, foi um exemplo de humildade, disposto e paciente a discutir e problematizar suas ideias e a construção de um sistema social mais justo e democrático.

Formou no Centro Havens por Justiça Social, hoje Centro Wright e Havens por Justiça Social, uma comunidade de reflexão crítica sobre o capitalismo e de investigação das utopias reais. Atraiu para essa comunidade as principais figuras das ciências sociais emancipadoras. Para esse centro convergiram estudantes anticapitalistas do mundo todo, construindo com Wright a teoria e a prática das utopias reais.

A comunidade de Wright também refletiu, aprendeu e participou a partir de mobilizações sociais, nos Estados Unidos e em outros países. Com Wright, estivemos nas revoltas do Occupy Wall Street e na tomada do Capitólio de Madison em 2011. Refletimos sobre as práticas emancipadoras na Argentina, na Espanha, na Grécia, na Índia e no Brasil, entre

outros locais. Vimos formar-se e consolidar-se um socialismo profundamente comunitário nos Estados Unidos. Essas experiências orientaram a produção deste livro, uma contribuição acessível para a difusão de um pensamento e uma prática socialista radicalmente igualitária.

Na última década, estiveram com Wright os seguintes cientistas sociais: Ayca Zayim, David Calnitsky, Elizabeth Wrigley-Field, Matías Cociña, Michael Billeaux, Rodolfo Elbert e Tatiana Alfonso Sierra, entre outros, formados no socialismo wrightiano. Inconformados e utópicos, convidamos à leitura desta obra sobre a crítica e a superação do sistema social dominante.

João Alexandre Peschanski
São Paulo
Agosto de 2019

Prefácio

Este livro foi originalmente concebido como uma derivação direta dos argumentos centrais de minha obra *Envisioning Real Utopias*, publicada em 2010. Nos anos seguintes à publicação, passei a participar de rodas de conversas em comunidades, em organizações e em sindicatos ao redor do mundo, retomando os temas tratados no livro. Na maioria das vezes, o público ficava entusiasmado com as ideias, mas muitos consideravam que o tamanho e o formato acadêmico de meu livro afastavam as pessoas da leitura. Sendo assim, imaginei que seria bom escrever uma versão mais curta, mais acessível para os meus leitores.

O problema foi que, quando comecei a trabalhar no projeto, minhas ideias já tinham evoluído de tal forma que não fazia mais sentido escrever um livro que simplesmente retomasse meus argumentos em *Envisioning Real Utopias*. Meu foco já havia mudado, não mais atentando para o estabelecimento da credibilidade de uma alternativa democrática para o capitalismo, mas sim dando destaque ao problema da estratégia, de como chegaremos lá. O que inicialmente era para ser uma versão resumida do livro de 2010 havia se tornado uma continuação.

Eu ainda queria escrever algo que fosse acessível para qualquer leitor interessado em refletir sobre esses assuntos.

Mas também notei que era difícil escrever sobre novos argumentos e novos temas sem as práticas acadêmicas usuais, tais como estabelecer debates com visões alternativas, documentar as fontes das diferentes ideias que contribuíram para a minha análise ou usar notas de rodapé para contra-argumentar sobre as diversas objeções que eu sabia que alguns leitores podiam ter com meus argumentos. Meu problema era justamente que eu estava escrevendo para dois tipos de público: de um lado, aquelas pessoas que estavam interessadas nos temas que eu tinha para discutir, mas sem entusiasmo pelas elaborações acadêmicas tradicionais; de outro, os leitores que consideram que um livro não pode ter rigor intelectual sem essas mesmas elaborações.

A solução encontrada foi planejar o livro com duas partes diferentes. Cada uma teria praticamente os mesmos títulos para os capítulos e subcapítulos, mas na parte 1 praticamente não constariam referências e notas de rodapé, e haveria discussões mínimas sobre a qualidade de ideias específicas e apenas alguns breves comentários sobre debates e objeções – e apenas quando fossem essenciais para iluminar determinado argumento. Na parte 2, por sua vez, cada capítulo começaria com uma síntese de uma ou duas páginas acerca do argumento básico correspondente à parte 1, seguido de uma exploração mais profunda sobre as questões acadêmicas deixadas de lado anteriormente. Meu objetivo era fazer com que a parte 1 conseguisse refletir integralmente a complexidade das ideias teóricas empregadas na análise, evitando, no entanto, digressões e elucubrações acadêmicas. Mas ela não poderia ser uma simplificação excessiva daquilo que exigia complexidade. Meus editores na Verso ficaram bastante entusiasmados com essa ideia e concordaram que, quando o livro fosse publicado, a parte 1 seria lançada como

uma versão resumida, mais acessível e independente, e que depois seria publicado o livro condensando as duas partes.

Minha estratégia para a escrita do livro foi, então, primeiro, escrever um bom resumo para cada capítulo da parte 1, fazendo anotações sobre quais os problemas que deveriam ser discutidos no capítulo correspondente da parte 2. Eu sabia que inevitavelmente teria que fazer revisões nos capítulos da parte 1 assim que eu chegasse às partes mais problemáticas dos capítulos da parte 2, mas ainda assim parecia a melhor forma de proceder, conseguindo ver a análise proposta em sua totalidade.

Em março de 2018, senti que já tinha à minha disposição rascunhos sólidos dos primeiros cinco capítulos. E o capítulo que considero o pilar central do livro, o 3, “Variedades de anticapitalismo”, já havia sido reformulado e apresentado dezenas de vezes. Os capítulos 1, 2 e 4, por sua vez, têm um relacionamento próximo com aquilo que havia escrito em *Envisioning Real Utopias*, então senti que já estavam bem encaminhados também. O capítulo 4 é até mesmo uma espécie de derivação das ideias que apresento nos capítulos 5 ao 7 do meu livro anterior. Já o capítulo 5 deste livro, sobre o problema do Estado, acaba por explorar temas que eu não havia discutido no *Envisioning Real Utopias*, ainda que já tivesse escrito sobre essas questões em outros momentos – e então considerei que esse capítulo também estava encaminhado. Faltava apenas escrever o capítulo 6. E ele lidava com um assunto que eu não havia ainda trabalhado de forma sistemática – o problema de formar atores coletivos capazes de agir politicamente e de forma efetiva para a transformação do capitalismo. Porém, percebi que mesmo que eu não tivesse nada muito original a dizer sobre esse tema tão crucial, eu poderia ao menos iluminar os assuntos para o debate.

Em abril, porém, fui diagnosticado com leucemia mieloide aguda. E essa doença não pode ser contida com tratamentos episódicos ao longo do tempo; a única estratégia para derrotá-la é por meio de um transplante de células-tronco da medula óssea. Se a cirurgia for bem-sucedida, estarei curado; caso contrário, morrerei. As chances de sobrevivência não são poucas, mas são incertas.

Quando recebi o diagnóstico, entrei em contato com a Verso e expliquei a minha situação. O transplante estava previsto para meses depois – ainda tinha que passar por uma série de sessões de quimioterapia até poder realizá-lo – e eu esperava que isso me desse algum tempo para poder escrever o rascunho do capítulo 6. Eu então propus que quando o manuscrito estivesse completo, a parte 1 fosse publicada como um livro mais resumido, sem que eles esperassem pela parte 2. Se der tudo certo e o transplante for bem-sucedido, então talvez no futuro eu consiga produzir a parte 2, se ela ainda for pertinente.

Estamos agora no fim do mês de julho. E tem sido desafiador para mim trabalhar nesse capítulo, por mais que eu queira. Havia momentos em que eu conseguia escrever com foco e energia por algumas horas, mas havia também muitos dias em que isso era praticamente impossível. O capítulo acabou não passando pelo diálogo público e privado que considero ter sido uma parte integral de meu processo de escrita, mas acredito que ele ainda serve ao seu propósito.

Uma observação convém ser dita sobre o título deste livro, *Como ser anticapitalista no século XXI?*. No livro, defendo um socialismo democrático de mercado, entendido como uma forma radical de democracia econômica. O livro poderia se chamar, portanto, *Como ser um socialista democrático no século XXI?*. Mas decidi usar o termo mais abrangente, “anticapitalista”,

porque considereei que o argumento em meu livro é relevante para todos aqueles que se opõem ao capitalismo, mas que se consideram céticos em relação ao socialismo. Espero que ao menos meus argumentos convençam algumas pessoas de que essa democracia econômica radical e socialista é a melhor forma de se pensar sobre um destino possível para além do capitalismo, mas eu não queria que o livro fosse relevante apenas para aqueles que possuem essa visão.

Erik Olin Wright
Madison, Wisconsin
Agosto de 2018

Por que ser anticapitalista?

Para muita gente, a noção de anticapitalismo parece ridícula. Afinal, olhem para as fantásticas inovações tecnológicas em bens e serviços produzidos pelas empresas capitalistas nos últimos anos: smartphones; filmes em *streaming*; carros privados sem motoristas; redes sociais; a cura para uma série de doenças; telões gigantes em alta definição para passar jogos de futebol e videogames conectando milhares de jogadores ao redor do mundo; cada produto concebível está agora disponível na internet e será rapidamente entregue em sua casa; aumentos impressionantes na produtividade do trabalho por meio de tecnologias de automação; e a lista segue. E ainda que se afirme que a renda é desigualmente distribuída nas economias capitalistas, é também verdade que a variedade de bens de consumo disponíveis para a maioria das pessoas, inclusive para os mais pobres, aumentou enormemente em praticamente todo o mundo. A título de comparação, vejam os Estados Unidos durante meio século, entre 1968 e 2018: o percentual de norte-americanos com ar condicionado, carros, máquinas de lavar, lava-louças, televisões e encanamento residencial aumentou

significativamente nesses últimos cinquenta anos. A expectativa de vida é cada vez mais longa para a maioria das pessoas, e a mortalidade infantil vem caindo. É uma lista sem fim de mudanças. E agora, neste século XXI, estamos observando a melhoria do padrão de vida até mesmo em algumas das regiões mais pobres do mundo: vejam as melhorias no padrão de vida material de chineses desde que a China aderiu ao livre comércio. E mais: vejam o que aconteceu com a Rússia e com a China quando elas tentaram se opor ao capitalismo! E mesmo que ignoremos a opressão política e a brutalidade desses regimes, eles também foram fracassos econômicos. Sendo assim, se você deseja melhorar a vida das pessoas, como é que você vai ser anticapitalista?

Bem, essa é uma história, a história oficial, por assim dizer.

Mas aqui vai outra: a marca registrada do capitalismo é a miséria que ele gera em meio à abundância. Essa não é a única coisa errada no capitalismo, mas é uma característica comum das economias capitalistas e que inclusive é o seu maior fracasso. Em particular, a miséria que atinge as crianças, que claramente não têm qualquer responsabilidade por seu sofrimento, é algo moralmente repreensível em sociedades ricas nas quais essas formas de pobreza poderiam facilmente ser eliminadas. Sim, nós temos crescimento econômico, inovação tecnológica, aumento na produtividade e uma difusão verticalizada de bens de consumo, mas somado a tudo isso, junto do crescimento econômico capitalista, vem a espoliação de muitos cuja forma de vida foi destruída pelo avanço do capitalismo, com a precarização dos que estão nas partes mais baixas do mercado de trabalho capitalista, promovendo trabalhos alienantes e tediosos para a maioria. O capitalismo, de fato, gerou aumentos reais na produtividade e uma riqueza extravagante para alguns, mas a maioria ainda tem que lutar

pela sua subsistência. Ele é uma máquina de aperfeiçoamento das desigualdades, bem como uma máquina de crescimento econômico. E mais; está ficando cada vez mais claro que o capitalismo, movido pela busca incessante por lucro, está destruindo o meio ambiente. E, ainda assim, a questão central não é se as condições materiais não melhoraram no longo prazo nas economias capitalistas, mas se para a maioria não seria melhor uma forma de economia alternativa. É verdade que as economias estatistas, centralizadas e autoritárias, formuladas pela Rússia e pela China podem ser consideradas, em certa medida, fracassos. Mas essas não são as únicas possibilidades.

Essas duas histórias estão amparadas na realidade do capitalismo. Não é uma ilusão dizer que o capitalismo transformou as condições materiais de vida no mundo todo e aumentou enormemente a produtividade humana; muitos se beneficiaram disso. Mas da mesma forma, não é uma ilusão dizer que o capitalismo gera grandes prejuízos às pessoas e que perpetua formas de sofrimento humano passíveis de serem eliminadas. Onde o verdadeiro desacordo entre essas duas histórias aparece – e um desacordo fundamental – é sobre se é possível ter a produtividade, a inovação e o dinamismo que vemos no capitalismo sem ter os seus males. Margaret Thatcher anunciou, no início dos anos 1980, que “não havia alternativa”; duas décadas depois, o Fórum Social Mundial declarava, “um outro mundo é possível”. E esse é o debate fundamental.

O argumento central neste livro é o seguinte: primeiro, um outro mundo é, de fato, possível. Segundo, que ele pode melhorar as condições para o desenvolvimento humano da maioria das pessoas. Terceiro, que os elementos desse novo mundo já estão sendo criados no nosso mundo atual. E,